

Indústria espera retomada interna

FÁTIMA TURCI

A recuperação da economia interna deve ser a grande plataforma dos candidatos à Presidência da República. Só a retomada do mercado interno terá segurança e tranquilidade social, na opinião de líderes empresariais. Por isso, o próximo governo deve nortear suas políticas nessa direção. Por enquanto, porém, o setor industrial vive em compasso de espera, pois após 30 de setembro o governo federal não deve aprovar nenhum novo programa de investimento. Assim, só resta fazer planos futuros, jogar esperanças para 85 e apostar na solução dos problemas.

Nesse sentido, os empresários preferem fazer previsões de curto prazo, não só pela insegurança política como pelas incertezas econômicas, como destaca o secretário da Indústria e do Comércio paulista, Einar Køk, enquanto algumas entidades de classe estão preparando estudos para o novo governo.

Um deles deverá estar concluído em novembro, propondo uma política industrial de longo prazo, que, independentemente do candidato eleito, deverá ser levada adiante, como destaca Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Fiesp — entidade que, junto com o BNDES, está analisando o efeito da crise e o perigo de sucateamento do parque industrial.

Para preservar esse parque, segundo Vidigal, é preciso reativar a economia interna. "A linha do próximo governo deve ser o crescimento do PIB", acrescenta, com o que concorda o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, ao alertar que, há dois anos, inexistem novos investimentos que garantam a modernização da indústria brasileira. O novo governo, segundo ele, deve pensar em primeiro lugar no reaquecimento, com fortalecimento do mercado interno via aumento do poder aquisitivo. Algumas propostas nesse sentido devem surgir do Encontro Nacional das Indústrias, na CNI, no Rio, em novembro.

POSIÇÃO REVISTA

O trabalho está sendo coordenado, em São Paulo, por Paulo Cunha, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Química, que pretende focar uma nova posição frente aos problemas nacionais. "Não é mais possível elaborar programas em gabinetes. É essencial a co-gestão governo-empresário", salienta, ao defender a sua tese de que o Brasil não conseguirá crescer se continuar a remeter ao Exterior 6% do PIB (ou US\$ 13 bilhões).

Além disso, alerta para problemas internos de reconstrução de mecanismos de financiamento e diz que é preciso restabelecer uma hierarquia de valores quanto à ineficiência governamental, mau direcionamento dos investimentos etc. Esse é o mesmo enfoque de Paulo Francini,

vice-presidente da Fiesp, que defende um crescimento a taxas capazes de reverter o panorama social.

A retomada, para Francini, também começa pela área externa, tentando com habilidade garantir um espaço para o crescimento interno. É esse também o ponto central da tese defendida por José Mindlin, da Metal Leve, para quem o próximo governo deve ter um programa de recuperação interna, porque o crescimento não pode continuar vulnerável à exportação.

Ele diz que 1985 é uma incógnita, pois boa parte do atual superávit da balança comercial deve-se ao desempenho da economia dos Estados Unidos — o qual pode diminuir trazendo retração ao mercado mundial —, além de ter sido obtido com recessão e alto custo social. A decisão, portanto, está entre um superávit para atender aos requisitos do FMI ou para facilitar a renegociação da dívida e a retomada interna.

Nesse sentido, Mindlin defende uma negociação com prazos mais longos para o vencimento do principal e com juros inferiores às taxas de mercado ou fixos, além de o serviço ser limitado a uma parcela das exportações, reservando o restante para a reativação interna. Ao contrário da maioria do empresariado, para Mindlin o programa depende do candidato.



Arquivo

Mindlin descarta Maluf

"Se for Paulo Maluf, será uma catástrofe. E, se for Tancredo Neves, não podemos ter ilusão de que a recuperação virá de uma hora para outra." Mais uma vez, Francini concorda com ele, enfatizando que qualquer caminho será doloroso, porque não existe mágica.

INTRANQUILIDADE

Por isso, o governo tem de ter "forte componente de credibilidade e adensamento social, só garantido com Tancredo", afirma. Como a ansiedade popular é grande e as saídas são difíceis, acha necessário esse apoio para resolver os graves problemas internos. Nessa linha, o primeiro desafio é a inflação, por meio do controle do déficit público, o que pode complicar o quadro, já que esse combate é, para muitos, impopular.

Walter Sacca, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, também aponta o controle dos gastos públicos como prioridade do novo governo, que só deve ativar suas compras quando puder pagar. Ele se diz intranquilo para traçar planos com qualquer dos dois candidatos, mas reconhece que ambos têm a mesma posição realista a respeito da política cambial, o que não afetará as exportações, as quais têm permitido ao setor de máquinas permanecer estável. Porém, Sacca preocupa-se com essa dependência da economia mundial. Por isso, acha indispensável revigorar o mercado interno, primeiro aumentando o poder aquisitivo.

De fato, o primeiro ataque do novo governo deve ser na área salarial, segundo o economista Primo Roberto Segatto, da Settec Importação e Exportação, para quem a sucessão não tem abalado a confiança dos empresários, que têm traçado planos a longo prazo. Prova disso é que os projetos Belfex estão reativados, prevendo-se grandes investimentos nos próximos anos.

A reativação interna deve ser sempre a posição do empresário, na opinião do presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores, Pedro Eberhardt, que considera a recessão uma "receita indigesta", sendo indispensável reaquecer a economia para aumentar a produção, obter lucros, gerar novos investimentos e empregos. "Quanto mais o empresário investir, menos deve o governo intervir na economia."

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), André Beer, é da mesma opinião. "Temos procurado obter a liberdade total de movimentos da empresa privada, sem intervenção do Estado", comenta ao citar a luta pela liberação de preços. Ao defender também a reativação interna, acha necessário uma reformulação na área salarial, aumentando-se o poder aquisitivo da população, além de uma carga menor de impostos.